



já haja determinação;

- h) Identificação dos processos conclusos para julgamento, com prazo excedido, pertencentes às metas do CNJ;
- i) Identificação dos processos conclusos para despacho/decisão, com prazo excedido, pertencentes às metas do CNJ;
- j) Elaboração dos expedientes pendentes por parte da Secretaria;
- l) Identificação dos bens apreendidos e armas para a adoção das providências legais;
- m) A correta destinação dos bens apreendidos, armas, munições e acessórios;
- n) Os demais expedientes relevantes ao controle e correto impulsionamento dos feitos.
- o) Se necessário, ajustar a estatística da Corregedoria e verificar se o quantitativo dos feitos confere com as informações da estatística; caso discrepantes, ajustar e enviar ofício à Corregedoria Geral de Justiça com a devida justificativa.

Art. 2º- Determinar que no período da inspeção não se suspenderá o atendimento ao público, bem como os prazos processuais, funcionando normalmente o setor de distribuição.

Art. 3º – Ao final da inspeção interna, a Supervisora de Unidade Judiciária lavrará certidão de que a presente portaria foi devidamente cumprida, fazendo nela constar eventuais fatos considerados relevantes, juntando cópia, para fins de documentação, junto à pasta de Portarias, para consulta e fiscalização dos interessados;

Art. 4º – Determinar que seja encaminhada cópia desta Portaria à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e Corregedoria Geral de Justiça;

PUBLIQUE-SE no átrio do Fórum local, na Intranet do Poder Judiciário do Estado do Ceará e no Diário de Justiça.
COMUNIQUE-SE à OAB-CE - subseção de Itapipoca, e à Representante do Ministério Público atuante neste juízo.
CUMPRA-SE.

Amontada-CE, 26 de junho de 2019.

JOSE ARNALDO DOS SANTOS SOARES
Juiz Auxiliar - Respondendo

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1711/2019

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A), NO CASO QUE ESPECIFICA.
A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, VII, § 2º, alínea "d", da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar **Samuel de Araújo Marques**, Defensor Público de **Entrância Final**, **Matrícula nº. 301.104-1-2**, para responder pela Assessoria de Relacionamento Institucional, no período de 01 a 12 de julho de 2019, tendo em vista que o Defensor Público Eduardo Antônio de Andrade Villaça está em gozo de férias.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 01 de julho de 2019.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE-CE

PORTARIA Nº 1712/2019

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A), NO CASO QUE ESPECIFICA.
A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, VII, § 2º, alínea "d", da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar **Andréa Pereira Rebouças**, Defensora Pública de **Entrância Final**, **Matrícula nº. 301.227-1-2**, e **Natali Massilon Pontes**, Defensora Pública de **Entrância Final**, **Matrícula nº 301.035-1-3**, para responderem pelo Núcleo de Estágio, no período de 01 a 17 de julho de 2019, tendo em vista que a Defensora Pública Roberta Madeira Quaranta está em gozo de férias.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 01 de julho de 2019.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Defensora Pública Geral
DPGE-CE



**EDITAL FORÇA-TAREFA N° 04/2019
FORÇA-TAREFA PARA O NÚCLEO DE PETIÇÃO INICIAL – NAPI**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 100, da Lei Complementar nº 80/1994, Art. 36, §§ 2º e 3º da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, torna público, para ciência dos interessados, que está sendo destinada vagas para atuação em **Força-Tarefa para o Núcleo de Petição Inicial – NAPI de Fortaleza-CE, especificamente, para ajuizamento de ações judiciais de restituições de ICMS.**

CONSIDERANDO a necessidade de ampliar o número de atendimentos do Núcleo de Peticionamento Inicial – NAPI para ajuizamento de ações judiciais de restituições de ICMS;

CONSIDERANDO que a procura pelo serviço de ajuizamento de ações judiciais de restituições de ICMS está superior a atual capacidade de atendimento;

CONSIDERANDO a necessidade de oportunizar-se a todos os Defensores Públicos, em condição de igualdade, a participação nos eventos de atuação extraordinária promovidos pela Defensoria Pública, para fins de promoção por merecimento a que se refere a Resolução nº 48/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Disponibilizar 20 (vinte) vagas, sendo 10 (dez) para o período da manhã e 10 (dez) para o período da tarde, **as sextas-feiras**, a fim de atuar, especificamente, no ajuizamento de ações judiciais de restituição de ICMS.

Parágrafo 1º. O presente edital terá início dia 2 de agosto de 2019, com prazo de duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado ou revogado a critério da administração.

Parágrafo 2º. Os(as) Defensores(as) Públicos(as) selecionados(as) atuarão no ajuizamento de mínimo 10 (dez) ações judiciais de restituição de ICMS, podendo escolher as sextas-feiras dos meses que irão atuar.

Art. 2º A escolha dos participantes será feita obedecendo ao critério **antiguidade**.

Parágrafo Único Os(as) demais Defensores(as) Públicos(as) inscritos(as) formarão lista de suplentes, que deverão ser designados(as), se necessário, com a observância dos critérios estabelecidos neste edital.

Art. 3º Será expedida, pela Coordenadoria das Defensorias da Capital, de acordo com o Art.1º,§ 2º, da resolução nº. 118 do CONSUP, portaria específica para atuação na referida atividade jurídica, **sem prejuízo** das funções ordinárias dos Defensores Públicos no dia em que estiverem designados para atuar na presente Força-Tarefa, havendo compensação de 1 (um) dia para cada atividade de natureza extraordinária realizada que corresponderá a 1 (um) dia de atuação.

Art. 4º Os(as) Defensores(as) Públicos(as) interessados(as) deverão se inscrever através do e-mail inscricoes.editalis@defensoria.ce.def.br até o dia 04 de julho de 2019, sendo o resultado divulgado no dia 05 de julho de 2019 através da Intranet da DPGE.

Parágrafo Único O(a) Defensor(a) Público(a), ao realizar sua inscrição, deverá especificar o turno que realizará sua atuação.

Art. 5º Os casos omissos serão decididos pela Defensora Pública-Geral do Estado.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza aos 27 de junho de 2019.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque

Defensora Pública Geral do Estado do Ceará

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 36/2018

I - ESPÉCIE: PRIMERO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 36/2018 CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA JOÃO PEDRO DA SILVA BEZERRA EIRELI-ME.

II - CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ sob o nº 02.014.521/0001-23;

III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE;

IV - CONTRATADA: JOÃO PEDRO DA SILVA BEZERRA EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.684.757/0001-60;

V – ENDEREÇO: com sede na Avenida João de Araújo Lima, nº 571, Sala 105, Bairro Prefeito José Walter, Fortaleza/CE, CEP: 60.750-015.

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo aditivo tem por respaldo o art. 65, I, b e §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Cláusula Décima Primeira do Contrato Original, assim como nos termos do Processo Administrativo nº 04812870/2019;

VII - FORO: da Comarca de Fortaleza/Ce;

VIII - OBJETO: Acrescer em 24,997% (vinte e quatro inteiros e novecentos e noventa e sete milésimos por cento) o valor global do contrato, o que importa em R\$ 3.504,34 (três mil, quinhentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), passando o valor global do contrato de R\$ 14.018,56 (quatorze mil, dezoito reais e cinquenta e seis centavos), para R\$ 17.522,90 (dezessete mil, quinhentos e vinte e dois reais e noventa centavos).

IX - VALOR GLOBAL: R\$ 3.504,34 (três mil, quinhentos e quatro reais e trinta e quatro centavos);

X - DA VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo ao Contrato nº 36/2018, se inicia na data de 21 de junho de 2019;

XI - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do contrato original;

XII - DATA: 21 de junho de 2019;

XIII - SIGNATÁRIOS: Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, Defensora Pública Geral do Estado e João Pedro da Silva Bezerra, representante legal da empresa JOÃO PEDRO DA SILVA BEZERRA EIRELI-ME.

Petrus Henrique Gonçalves Freire
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2017**

I - ESPÉCIE: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2017 CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA FAZ EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP;

II - CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 02.014.521/0001-23;

III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE;

IV - CONTRATADA: FAZ EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.533.966/0001-48;

V - ENDEREÇO: Rua Carlos Vasconcelos, nº 1991, SL 01, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, CEP: 60.115-171;

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo aditivo tem por respaldo legal o art. 65, II, d, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; os subitens 5.2.1 e 5.2.2 da Cláusula Quinta do contrato em comento, bem como a instrução do Processo nº 8060011/2017;

VII - OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro, em virtude da Convenção Coletiva de Trabalho de 2017/2018, das categorias: MOTORISTA DE VEÍCULOS ATÉ 11 TONELADAS, MOTORISTA DE VEÍCULOS DE 12 A 18 TONELADAS, vigente a partir de 01.07.2017, passando o valor mensal de R\$ 129.914,33 (cento e vinte e nove mil, novecentos e quatorze reais e trinta e três centavos) para R\$ 130.693,98 (cento e trinta mil, seiscentos e noventa e três reais e oito centavos), com o acréscimo mensal de R\$ 779,65 (setecentos e setenta e nove reais e sessenta e cinco centavos);

Acrescentando R\$ 9.355,80 (nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos) ao valor total do contrato, que passará de R\$ 1.558.971,91 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e um centavos), para R\$ 1.568.327,74 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos);

VIII - VALOR GLOBAL: R\$ 1.568.327,74 (um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos);

IX - DA VIGÊNCIA: A partir de 20 de maio de 2019, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2017;

X - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do contrato original;

XI - FORO: da Comarca de Fortaleza/Ce;

XII - DATA: 20 de maio de 2019;

XIII - SIGNATÁRIOS: Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, Defensora Pública Geral do Estado e Francisco Adaly Arrais Fortaleza, representante legal da empresa.

Petrus Henrique Gonçalves Freire

Assessor Jurídico

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2018

I - ESPÉCIE: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2018 CELEBRADO ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO E A EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE;

II - CONTRATANTE: A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 02.014.521/0001-23;

III - ENDEREÇO: Av. Pinto Bandeira, 1111, Luciano Cavalcante, Fortaleza/CE;

IV - CONTRATADA: EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ – ETICE, com inscrita no CNPJ sob o Nº 03.773.788/0001-67;

V - ENDEREÇO: com sede na Av. Ponte Vieira, nº 220, Bairro São João do Tauape, Fortaleza/CE;

VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo aditivo tem por respaldo legal o art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Cláusula Décima do Contrato, assim como nos termos do Processo Administrativo nº 03616902/2019;

VII - OBJETO: Reajustar o valor do Gigabyte que passará de R\$ 8,05 (oito reais e cinco centavos) para R\$ 8,72 (oito reais e setenta e dois centavos), a partir de MARÇO/2019, conforme reajuste previsto com base no índice de atualização do IGP-DI.

VIII - DA VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo ao Contrato nº 13/2018, se inicia a partir de MARÇO/2019;

IX - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do contrato original;

X - FORO: da Comarca de Fortaleza/Ce;

XI - DATA: 19 de junho de 2019;

XII - SIGNATÁRIOS: Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, Defensora Pública Geral do Estado e Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa, Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE.

Petrus Henrique Gonçalves Freire

Assessor Jurídico

EXTRATO DE ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 28/2014

I - ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 28/2014, que entre si celebram a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO e o CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS – UNICHRISTUS;

II - OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do convênio original por mais 01 (um) ano, a partir de 30/06/2019.

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O termo aditivo tem por respaldo legal o art. art. 116 da Lei nº 8.666/93 e art. 8º, III, da Resolução nº 72/2013, de 18 de janeiro de 2013;

IV - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas e em plena eficácia as demais cláusulas e condições constantes do convênio original, no Primeiro Aditivo assinado em 27/06/2016, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 01/07/2016 e no Segundo Aditivo assinado e, 22/03/2017, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 26/06/2017;

V - DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 27 de junho de 2019;

VI - SIGNATÁRIOS: Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, e Estevão Lima de Carvalho Rocha, Pró-Reitor do Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS.

Petrus Henrique Gonçalves Freire

Assessor Jurídico



EDITAL Nº 134_ 2019

A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ - DPGE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o convênio celebrado com Instituições de Ensino Superior, torna público que estão abertas as inscrições para seleção e formação de cadastro de reserva de estudantes de nível superior do curso de graduação em Direito e ingresso no programa de estágio não-obrigatório (bolsista), com base na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, no Decreto Estadual nº 30.898, de 20 de abril de 2012, nos seguintes termos:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O certame destina-se ao provimento de **cadastro de reserva** para Estagiários do curso de Direito do programa estágio não-obrigatório (bolsista), durante o período de validade da presente seleção.

1.2. Os candidatos credenciados estarão submetidos à Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, ao Decreto Estadual nº 30.898, de 20 de abril de 2012, à Resolução nº 25, de 12 de janeiro de 2009, à Resolução nº 77 de 1º de março de 2013, sem prejuízo de outras normas que regulam a atuação do estagiário no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

1.3. A jornada de atividade em estágio será de 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 10, inciso II da lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 combinado com o art. 12 do Decreto Estadual 30.898 de 20 de abril de 2012 e regulamentada pela Portaria/DPGE nº 220/2016.

1.4. A formação do cadastro de reserva destina-se ao provimento dos órgãos de atuação da Defensoria Pública na Região Metropolitana indicadas no Anexo I deste Edital.

1.5. Cada candidato poderá indicar na inscrição apenas uma Cidade para a qual pretende concorrer a vaga de estágio.

1.6. O conteúdo programático consta do Anexo II deste Edital.

2. DOS REQUISITOS PARA A POSSE NO ESTÁGIO DA DPGE

2.1. Ser cidadão brasileiro ou português, com residência permanente no Brasil;

2.2. Estar no gozo dos direitos políticos;

2.3. Não possuir condenações criminais com trânsito em julgado;

2.4. Não exercer cargos ou funções públicas junto à administração pública, direta, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedade de economia mista no âmbito estadual, nem ser beneficiário de bolsa estágio em outro órgão ou entidade estadual;

2.5. Ter sido aprovado na seleção pública;

2.6. Haver concluído na data da posse, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária ou dos créditos exigidos do curso de graduação em Direito e estar devidamente matriculado em uma das Instituições de Ensino Superior conveniada com a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - DPGE, na forma do disposto no artigo 8º, § 2º, inciso I, alínea "a", do Decreto Estadual nº 30.898, de 20 de abril de 2012, segundo relação abaixo:

Faculdade de Tecnologia Nordeste - FATENE;

Faculdade Maurício de Nassau;

Universidade Federal do Ceará - UFC;

UNICHRISTUS Centro Universitário;

Faculdade de Ensino e Cultura do Ceará – FAECE;

Faculdade de Fortaleza – FAFOR;

Faculdade Ratio;

Faculdade Filosofia e Tecnologia e Letras – FAFIC;

Centro Universitário Estácio do Ceará – Estácio/FIC;

Faculdade Maciço de Baturité;

Faculdade Integrada Grande Fortaleza – FGF;

Faculdades Cearenses – FAC;

Universidade de Fortaleza – UNIFOR;

Faculdade Farias Brito – FFB;

Faculdade Nordeste – FANOR;

Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO;

Faculdade Ateneu;

Faculdade Ari de Sá;

UNI7;

Universidade Potiguar – UNP.

3. TOTAL DE VAGAS / CADASTRO DE RESERVA

3.1. O certame destina-se a formação de cadastro de reserva de Estagiário em graduação do curso de Direito, e destinados ao preenchimento de vaga(s) que poderá(ão) surgir em decorrência do(s) desligamento(s) do atual quadro de estagiários da Defensoria Pública, cuja reposição será de acordo com a conveniência e a oportunidade da Defensoria Pública, observado o período da validade da seleção.

3.2. Nas vagas abertas e a serem preenchidas, 10% serão reservadas a pessoas com deficiência, conforme art. 17, § 5º, da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e art. 8º, § 7º, do Decreto Estadual nº 30.898, de 20 de abril de 2012. Caso as vagas para pessoas com deficiência não sejam preenchidas no todo ou em parte, serão ocupadas por candidatos sem deficiência.

4. DA BOLSA MENSAL

4.1. O valor da bolsa estágio é de R\$ 875,09 (oitocentos e setenta e cinco reais e nove centavos), acrescido de auxílio transporte no valor correspondente a uma passagem inteira por dia útil de trabalho, considerado o valor do vale-transporte do tipo A, de acordo com as deliberações da Coordenação Administrativa do Departamento Estadual de Trânsito.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. A inscrição na seleção de cadastro de reserva do quadro de estagiários da Defensoria Pública será realizada exclusivamente de forma presencial, podendo o(a) candidato(a) se fazer representar através de procuração pública e específica.



5.2. A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.3. O(A) candidato(a) se responsabilizará pela fidedignidade das informações prestadas no Formulário de Inscrição reservando-se à Defensoria Pública do Estado o direito de excluir da seleção pública aquele que não preencher o documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

5.4. As inscrições estarão abertas a partir da publicação deste Edital no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Ceará e se encerrarão 15 (quinze) dias após o início das mesmas. As datas de início e de encerramento das inscrições serão especificamente divulgadas no site institucional www.defensoria.ce.def.br e/ou <http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/> logo após a referida publicação.

5.5. As inscrições serão realizadas exclusivamente no Núcleo de Estágio (NUEST), localizado na sede da Defensoria Pública do Estado do Ceará, sito à Avenida Pinto Bandeira, n. 1111, Luciano Cavalcante, Fortaleza, Estado do Ceará, durante o período designado no item anterior, observando os procedimentos estabelecidos a seguir:

- a) Preencher o Formulário de inscrição;
- b) Atestar no formulário de inscrição de que exercerá suas atividades obrigatoriamente no turno da manhã e declarará conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital;
- c) Indicar no formulário de inscrição a cidade a qual irá exercer as atividades de estagiário;
- d) Indicar no formulário de inscrição a Instituição de Ensino Superior na qual se encontra regularmente matriculado;
- e) Entregar duas embalagens de *leite em pó integral de 200 gramas*, que serão doadas à uma instituição filantrópica, ao final do período de inscrição.

5.6. No ato da inscrição o(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de indeferimento da inscrição:

- a) fotocópia da cédula de identidade ou documento equivalente no caso de cidadão português residente no Brasil;
- b) fotocópia do cadastro de pessoa física – CPF;
- c) fotocópia do comprovante de endereço (conta atualizada de energia elétrica, água ou telefone);
- d) 02 (duas) fotografias de tamanho 3 x 4;
- e) histórico acadêmico atualizado ou declaração fornecida pela instituição de ensino superior, que comprove estar regularmente matriculado. A declaração a que se refere este item, para fins de credenciamento, terá validade de trinta dias;
- f) fotocópia do título de eleitor com o comprovante de votação na última eleição ou atestado fornecido pela Justiça Eleitoral, que comprove o gozo dos direitos políticos;
- g) certidão dos distribuidores criminais da Justiça Federal e Estadual das Comarcas e Sessões Judiciárias onde o candidato reside.

5.7. Os documentos acima mencionados poderão ser novamente solicitados no ato de designação.

5.8. O candidato deverá efetuar uma única inscrição na seleção pública de que trata este Edital.

5.9. O descumprimento das instruções para a inscrição implicará a sua não efetivação.

5.10. A prorrogação das inscrições poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.defensoria.ce.def.br e/ou <http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/>.

5.11 A Defensoria Pública do Estado do Ceará exime-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para realizar a inscrição na seleção, bem como na data da realização da prova.

5.12. A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, prova ou nomeação do candidato caso sejam identificadas falsidades de declarações ou irregularidades nas provas ou documentos.

6. DAS INSCRIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1. As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é assegurado o direito de inscrição para os cargos em seleção pública, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência.

6.2. Em cumprimento ao disposto no art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e no art. 8º, § 7º, do Decreto Estadual nº 30.898, de 20 de abril de 2012, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas a serem preenchidas.

6.3. Quando da nomeação, serão chamados os candidatos aprovados das duas listas (geral e específica), de maneira sequencial e alternada. A nomeação se inicia com os nove primeiros candidato da lista geral, passando ao primeiro da lista específica e assim sucessivamente, seja qual for o número de chamados, aplicando-se sempre a regra do art. 37, § 2º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

6.4. As vagas definidas no item 6.2 deste capítulo que não forem providas por falta de candidatos com deficiência ou por reprovação na seleção serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância à ordem classificatória.

6.5. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

6.6. As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6.7. É de responsabilidade do candidato com deficiência, observar minuciosamente a exigência dos pré-requisitos e demais normas estabelecidas no Edital de Abertura de Inscrições. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, solicitações de dispensa de quaisquer requisitos estabelecidos no Edital de Abertura de Inscrições em função de incompatibilidade com a deficiência que o candidato declara.

6.8. O candidato deverá, primeiramente, fazer sua inscrição presencial, durante o mesmo período do item 5.4, e observar o procedimento descrito no item 5.5 e seguintes, declarando, quando da inscrição, a deficiência e se necessita de alguma condição especial para a realização da prova, especificando-a.

6.9. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

6.10. O candidato deverá apresentar no ato da inscrição a documentação abaixo, sob pena de ser indeferido o pedido de inscrição como pessoa com deficiência, podendo ter a inscrição deferida sem a condição especial desde que preenchidos os requisitos do item 5:

- a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da



Classificação Internacional de Doença – CID, assinatura e carimbo contendo o CRM do médico responsável por sua emissão, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, o número do documento de identidade (RG), o número do CPF e o número da inscrição;

b) O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além da apresentação da documentação indicada na alínea “a” deste item e no prazo estabelecido no edital (item 5.4), deverá apresentar no ato da inscrição requerimento de concessão de tempo adicional, por escrito, instruído com parecer emitido por equipe multiprofissional ou profissional especialista que ateste a deficiência e justifique a necessidade;

c) Será concedido prazo adicional ao candidato com deficiência até o limite máximo de 1(uma) hora e 30(minutos) do prazo regulamentar da prova.

6.11. O candidato que não atender os dispositivos mencionados no item anterior será considerado como não deficiente ou não terá tempo adicional para realização da prova, seja qual for o motivo alegado.

6.12. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste capítulo não poderá impetrar recurso em favor de sua condição.

6.13. O candidato com deficiência, se classificado na forma do Capítulo 10, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

7. DA PROVA:

7.1. A seleção para Estagiário de Direito da Defensoria Pública constará de uma única etapa, eliminatória e classificatória, conforme disposto no quadro a seguir:

Tipo de Prova	Área de Conhecimento	Número de Questões	Pontuação máxima
Objetiva	Administrativo	5	75
	Constitucional	5	
	Civil	10	
	Processo Civil	10	
	Penal	10	
	Processo Penal	10	

7.2. A prova tem **previsão para ser aplicada no dia 02 de agosto de 2019, no período da tarde**, em local a ser posteriormente divulgado após o encerramento das inscrições.

7.3. Será divulgado Edital de Convocação, com a lista de candidatos inscritos, no site www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/ para que compareçam no dia, hora e local divulgado para a realização da prova.

7.4. Não haverá segunda chamada ou repetição de prova.

7.5 O(A) candidato(a) não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.

7.6. O não comparecimento a prova, qualquer que seja o motivo alegado, caracterizará desistência do(a) candidato(a) e resultará em sua eliminação na seleção pública.

7.7 Somente será admitido à sala de prova o(a) candidato(a) que estiver portando documento de identidade original que bem o identifique, como: Carteira e/ou Cédula de Identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédula de Identidade para Estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal valem como documento de identidade, a exemplo da OAB, CREA, CRM, CRC etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

7.8 Na prova, o(a) candidato(a) deverá escrever as respostas assinaladas, na coluna da Folha de Respostas, único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do(a) candidato(a).

7.9. Os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).

7.10. O(A) candidato(a) deverá comparecer ao local designado munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.

7.11. Não serão computadas questões não escritas na Folha de Respostas ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

7.12. Durante a realização da prova, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

7.13. Motivar-se-á a eliminação do(a) candidato(a) da seleção pública, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou a outras relativas ao certame, aos comunicados, às Instruções ao candidato e/ou às instruções constantes da prova bem como o tratamento incorreto e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.14. Poderá ser excluído da seleção pública o(a) candidato(a) que, além das demais hipóteses previstas neste Edital:

- apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- apresentar-se após o horário estabelecido, não sendo admitida qualquer tolerância;
- não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- não apresentar documento que bem o identifique;
- ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento ou consentimento do fiscal;
- deixar o local de prova antes de transcorrido o prazo de 1 hora, contado do início da realização da prova;
- estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- utilizar-se de meios ilícitos para a execução da prova;
- for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação ou impresso não permitido, máquina calculadora, telefone celular ou similar;
- estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphones ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;



k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

7.15. O(A) candidato(a) que estiver portando equipamento eletrônico como os indicados na alínea "j" deverá desligar o aparelho antes do início da prova.

7.16. Quando, após a prova, for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado da seleção pública.

7.17. O tempo total da prova será de 2 (duas) horas ininterruptas. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova, à exceção do candidato com deficiência que requerer justificadamente tempo adicional conforme a alínea "c" do item 6.10 deste Edital.

7.18. O(A) candidato(a) poderá entregar o cartão resposta e deixar a sala apenas 1h a contar do início da realização da prova. Caso deseje anotar o gabarito, só poderá fazê-lo mediante folha de rascunho a ser entregue pelo próprio fiscal e sair da sala após decorrido 1h do início da prova. O(A) candidato(a) que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Processo Seletivo, o qual deverá ser assinado também pelos Fiscais de Sala.

7.19. O(A) candidato(a), ao terminar a prova, poderá levar consigo o Caderno de Questões após decorrido 1h e 30m do início da prova, e nesse caso, basta que o(a) candidato(a) entregue o cartão-resposta preenchido. Caso deseje anotar o gabarito assinalado, só poderá fazê-lo mediante folha de rascunho a ser entregue pelo próprio fiscal e sair da sala após decorrido 1h do início da prova.

7.20. Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora dos locais e horários determinados.

7.21. O(A) candidato(a) deverá consultar no www.defensoria.ce.def.br e/ou

<http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/> a data prevista para divulgação do gabarito das questões da prova e/ou do resultado.

8. DA PROVA OBJETIVA

8.1 A prova será constituída de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada uma e versará sobre assuntos dos programas constantes do Anexo II deste Edital.

8.2. A nota em cada questão da prova objetiva, feita com base nas anotações da folha de respostas, será igual a 1,5 (um e meio) ponto, caso a resposta do(a) candidato(a) esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova, e 0,0 (zero) ponto, caso a resposta do(a) candidato(a) esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, não haja marcação ou haja marcação desconforme ao previsto no capítulo 7 deste Edital.

8.3. Serão aprovados na prova objetiva os candidatos que obtiverem um mínimo de 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos possíveis da prova.

8.4. Os candidatos aprovados na prova objetiva serão ordenados pela ordem de classificação de acordo com os valores decrescentes da nota final na prova escrita.

8.5. Os candidatos que não obtiverem a pontuação mínima prevista no item 8.3 serão eliminados e não terá classificação alguma na seleção pública.

8.6 A divulgação do gabarito preliminar e do resultado provisório será realizado pelo Núcleo de Estágio da Defensoria Pública do Estado do Ceará, através do site www.defensoria.ce.def.br e/ou <http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/>

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

9.1. A nota final dos candidatos será igual ao total de pontos obtidos na prova de múltipla escolha.

9.2. Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final, constando na lista referente à cidade que indicou como opção de estágio quando da inscrição, conforme alínea "c" do item 5.5.

9.3. Em caso de idêntica pontuação, serão adotados como critérios de desempate, nesta ordem:

a) a maior nota da prova discursiva;

b) a maior nota na prova múltipla escolha;

c) o(a) candidato(a) que tiver maior idade em observância do disposto no Parágrafo Único do artigo 27 da Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

9.4. O resultado final da seleção pública será divulgado por Cidade, de acordo com o anexo I, em duas listas, a saber:

a) lista contendo a classificação de todos os candidatos habilitados inclusive os candidatos com deficiência;

b) lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos habilitados com deficiência, se houver.

9.5. Na divulgação dos resultados, constarão, a lista de todos os candidatos habilitados para formar a lista de cadastro de reserva por Cidade, durante o prazo de validade do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. Os recursos deverão ser apresentados em folhas separadas, de acordo com as matérias recorridas, sendo obrigatória a utilização de uma folha para cada questão, vedando-se a existência de qualquer assinatura ou marca, incluindo rubrica, que possa identificar o(a) candidato(a) recorrente, sob pena de desconsideração do recurso. Será disponibilizado no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará o caderno de prova de múltipla escolha, bem como o espelho da prova discursiva.

10.2. O prazo para interposição dos recursos serão de 02 (dois) dias úteis após a concretização do evento que lhes disser respeito, tendo como termos de início o dia da divulgação do gabarito oficial preliminar e do resultado provisório da prova pelo site www.defensoria.ce.def.br

10.3. Os recursos deverão ser endereçados à Comissão de Seleção de Estagiários da Defensoria Pública do Estado do Ceará e protocolados no Núcleo de Estágio na sede administrativa da DPGE localizada na Avenida Pinto Bandeira, 1111, Bairro Eng. Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, CEP: 60.811-150 ou encaminhados para o e-mail: comissao.estagiarios@defensoria.ce.def.br

10.4. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo estipulado a evento diverso do questionado.

10.5. Somente serão apreciados os recursos interpostos e transmitidos conforme as instruções contidas neste Edital.

10.6. A Comissão de Seleção de Estagiários da Defensoria Pública do Estado do Ceará constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10.7. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes às provas, independentemente de formulação de recurso.

10.8. O gabarito divulgado poderá ser alterado, em função dos recursos interpostos, e a prova será corrigida de acordo com



o gabarito oficial definitivo.

10.9. Na ocorrência do disposto nos itens 7 e 8 deste Capítulo e/ou em caso de provimento de recurso, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

10.10. Os recursos cujo teor desrespeite a Comissão da Seleção serão liminarmente indeferidos.

10.11. As decisões dos recursos serão divulgadas no site www.defensoria.ce.def.br e/ou <http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/>

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 O resultado final da seleção, após decididos todos os recursos interpostos será homologado pela Defensor(a) Público(a) Geral do Estado e publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Ceará.

12. DA DESIGNAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS

12.1. No momento da designação/lotação, caso se verifique que o(a) candidato(a) ainda não concluiu 50% (cinquenta por cento) da carga horária ou dos créditos exigidos do curso de graduação em Direito, ele deverá apresentar requerimento de pedido de final da lista dos classificados. Se finalizada a lista de aprovados o(a) candidato(a) ainda não tiver concluído 50% (cinquenta por cento) da carga horária ou dos créditos exigidos do curso de graduação, este será eliminado da seleção.

12.1. A designação dos Estagiários ficará a critério da Defensoria Pública do Estado do Ceará e atenderá a necessidade do funcionamento do órgão (manhã), obedecida a ordem de classificação do certame, as diretrizes dos itens 3.1 e demais normas regulamentares.

12.2. No caso de o(a) candidato(a) aprovado(a) não tiver disponibilidade de horário para o turno indicado na designação pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, poderá apresentar requerimento de pedido de final da lista dos classificados na primeira convocação, e em caso de persistir a indisponibilidade de horário em segunda convocação este será eliminado da seleção.

12.3. O(A) candidato(a) convocado(a) que não tiver interesse em assumir o estágio poderá apresentar requerimento, por escrito, solicitando reposicionamento no final da lista dos classificados, uma única vez, ou firmar termo de desistência da convocação.

12.4. Aos candidatos aprovados não será permitida a escolha, no momento da designação, do órgão de atuação dentro da cidade para a qual foi designado, ficando a distribuição a critério do Núcleo de Estágio da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

12.5. O(A) candidato(a) designado(a) que por qualquer motivo não iniciar o exercício no dia após a designação terá o ato de lotação tornado sem efeito.

12.6. Esgotada a lista de aprovados de uma determinada cidade a critério do Núcleo de Estágio da Defensoria Pública do Estado do Ceará e obedecida a ordem classificatória, poderá ser emitida uma comunicação prévia aos candidatos aprovados para que manifestem interesse em ser designados para órgão de atuação em outra Cidade, e em sendo aceito, será excluído da lista cadastro de aprovados da Cidade indicada no momento da inscrição.

12.7. Em casos de decorrência de evento que impossibilite o exercício do estágio supervisionado no respectivo órgão de atuação para o qual foi designado o(a) estagiário(a), este será remanejado(a) para outro órgão de atuação da Defensoria Pública, a critério da Supervisão do Estágio.

12.8. No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á à nomeação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória.

12.9. O(A) candidato(a) convocado(a) para a designação deverá apresentar na data da posse histórico acadêmico atualizado ou declaração fornecida pela instituição de ensino superior, que comprove estar regularmente matriculado e já ter concluído, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária ou dos créditos exigidos do curso de graduação em Direito, bem como deverá providenciar a abertura de conta corrente no Banco Bradesco, para fins de início de exercício.

12.10. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para designação até a data de início do exercício ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará sua eliminação da respectivo seleção pública e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, ainda que já tenha sido publicado o Edital de Homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento das presentes instruções e a tácita aceitação das condições do certame, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

13.2. A seleção pública terá validade de 1 (um) ano, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

13.3. A Defensoria Pública do Estado do Ceará reserva-se o direito de proceder às designações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.

13.4. Os atos relativos ao certame, tais como: convocações, avisos e comunicados, serão publicados no site www.defensoria.ce.def.br e/ou <http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/> e/ou no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Ceará, neste caso, até a homologação da seleção.

13.5 Serão publicados no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Ceará apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação na seleção.

13.6. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes à seleção pública é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado da Seleção Pública.

13.7. Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos.

13.8. Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato) constantes do Formulário de Inscrição, o(a) candidato(a) deverá efetuar a atualização dos dados pessoais até o quinto dia útil após a aplicação das provas.

13.9. Após a homologação do resultado final, o(a) candidato(a) deverá solicitar a atualização dos dados cadastrais junto ao Núcleo de Estágio da Defensoria Pública do Estado do Ceará, na Avenida Pinto Bandeira, 1111, Bairro Eng. Luciano Cavalcante, Fortaleza-CE, CEP: 60.811-150.

13.10. As alterações nos dados pessoais quanto à data de nascimento somente serão consideradas quando solicitadas depois da publicação da lista final de classificação, por fazer parte do critério de desempate dos candidatos.



13.11. É de responsabilidade do(a) candidato(a) manter seu endereço e telefone atualizados para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for nomeado(a), perder o prazo para iniciar o exercício, caso não seja localizado.

13.12. O(A) candidato(a) aprovado(a) deverá manter seu endereço atualizado até que se expire o prazo de validade do certame.

13.13. A Defensoria Pública do Estado do Ceará não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço residencial não atualizado;
- b) endereço eletrônico incorreto ou não atualizado;
- c) endereço de difícil acesso;
- d) correspondência devolvida pela ECT por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- e) correspondência recebida por terceiros.

13.14. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do(a) candidato(a), em todos os atos relacionados a seleção, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

13.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado no site www.defensoria.ce.def.br e/ou <http://www.defensoria.ce.def.br/institucional/concursos/> e/ou no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Ceará.

13.16. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, aos 01 de julho de 2019

MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE

Defensora Pública Geral do Estado do Ceará

ANDRÉA PEREIRA REBOUÇAS

Respondendo pela Supervisão do Núcleo de Estágio

ANEXO I

Lista das Cidades de atuação da Defensoria Pública do Estado e do número de vagas disponíveis para o Programa de Estágio não-obrigatório (bolsista):

Nº	CIDADE / ÓRGÃO DE ATUAÇÃO	VAGAS
1	AQUIRAZ	Cadastro de reserva
2	BATURITÉ	Cadastro de reserva
3	BEBERIBE	Cadastro de reserva
4	CAUCAIA	Cadastro de reserva
5	CASCAVEL	Cadastro de reserva
6	EUSÉBIO	Cadastro de reserva
7	HORIZONTE	Cadastro de reserva
8	ITAITINGA	Cadastro de reserva
9	MARACANAÚ	Cadastro de reserva
10	MARANGUAPE	Cadastro de reserva
11	PACAJUS	Cadastro de reserva
12	PACATUBA	Cadastro de reserva

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Dos princípios fundamentais; 2. Dos direitos e garantias fundamentais; 3. Dos deveres e direitos individuais e coletivos; 4. Dos direitos sociais; 5. Da organização do Estado e da repartição de competência; 6. Da Administração Pública; 7. Disposições gerais e princípios administrativos; 8. Da organização dos Poderes; 9. Do poder Legislativo e do processo legislativo; 10. Das funções essenciais à justiça; 11. Da Advocacia e da Defensoria Pública; 12. Da defesa do Estado e das instituições democráticas; 13. Da segurança pública; 14. Da Ordem Econômica e financeira; 15. Da ordem social; 16. Da educação da cultura e do desporto; 17. Do meio ambiente; 18. Da família, da criança, do adolescente, do Jovem e do idoso. 19. Jurisprudências dos Tribunais Superiores

2. DIREITO CIVIL e LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. Da Lei de Introdução ao Código Civil: definição de lei; da vigência da lei; do conhecimento da lei; da eficácia da lei no tempo e no espaço. 2. Da Parte Geral: da pessoa natural; da personalidade e da capacidade; da ausência; do domicílio; dos bens; do negócio jurídico; dos defeitos do negócio jurídico; da invalidade do negócio jurídico; dos atos ilícitos; da prescrição e da decadência; 3. Das Modalidades das Obrigações; 4. Do pagamento em consignação; 5. Da responsabilidade civil; 6. Da Posse: da posse e sua classificação; da aquisição da posse; dos efeitos da posse, da perda da posse; 7. Da Usucapião; 8. Do Direito de Família: da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal; da proteção da pessoa dos filhos; do reconhecimento dos filhos; dos alimentos; do regime de bens entre os cônjuges; 9. Do Direito das Sucessões: da sucessão em geral; disposições gerais; da ordem da vocação hereditária; dos herdeiros necessários; da sucessão testamentária; 10. Jurisprudências dos Tribunais Superiores. 11. Lei 8.069/90 (Estatuto da criança e do Adolescente); 12. Lei 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) 13. Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso; 14. Lei nº 12.318/10 – Alienação Parental. 15. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990: 16. Disposições gerais; direito básicos do consumidor; da qualidade de produtos e serviços, da prevenção e da reparação dos danos; das práticas comerciais; da proteção contratual; da defesa do consumidor em juízo.



3. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Das normas processuais civis; 2. Das normas fundamentais do processo civil; 3. Da aplicação das normas processuais; 4. Da jurisdição e da ação; 5. Da Competência: das disposições gerais, da Modificação de competência; Da incompetência; 6. Dos sujeitos do processo: das partes e dos procuradores; Da capacidade processual e deveres das partes; 7. Do litisconsórcio; 8. Da intervenção das Terceiros; 9. Da Assistência; 10. Da Denúnciação da lide; 11. Do Chamamento ao Processo; 12. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça; 13. Do Ministério Público; 14. Da Defensoria Pública; 15. Dos atos processuais; 16. Da comunicação dos atos processuais; 17. Das Nulidades; 18. Da Tutela de Urgência; 19. Da Tutela de Evidência; 20. Da Formação, da suspensão e da extinção do processo; 21. Do procedimento comum; 22. Do cumprimento de sentença; 23. Da Execução em Geral; 24. Dos Recursos. 25. Jurisprudências dos Tribunais Superiores.

4. DIREITO PENAL

1 Da aplicação da lei penal; 2. Do crime; 3. Da imputabilidade penal; 4. Do Concurso de pessoas; 5. Das penas; 6. Da Ação penal; 7. da Extinção da punibilidade; 8. Dos crimes contra a pessoa; 9. Dos crimes contra a honra; 10. Dos crimes contra a liberdade individual; 11. Dos crimes contra o patrimônio; 12. Dos crimes contra a dignidade sexual; 13. Dos Crimes sexuais contra vulnerável; 14. Dos crimes contra a administração pública; 15. Dos crimes contra a administração da justiça; 16. Dos crimes contra a paz pública; 17. Dos crimes contra a fé pública; 18. Leis penais especiais: 19. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65); 20. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03); 21. Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n.º 11.343/06); 22. Lei dos Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90 e modificações posteriores). 23. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); 24. Jurisprudências dos Tribunais Superiores.

5. DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Inquérito policial; 2 Ação penal; 3. Competência; 4. Das Exceções; 5. Do conflito de jurisdição; 6. Da Restituição das coisas apreendidas; 7. Da Prova; 8. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor; 9. Da prisão, das Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória; 10. Das citações e Intimações; 11. Da Instrução Criminal; 12. Da Sentença; 13. Dos Recursos em geral; 14. Do Habeas corpus. 15. da Insanidade mental do acusado; 16. do assistente de acusação e auxiliares da Justiça; 17. Dos processos em espécie; 18. Das Nulidades; 19. Da execução; 20. Procedimento do Júri; 21. Jurisprudências dos Tribunais Superiores.

6. DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Função administrativa. Regime jurídico administrativo. Poderes da Administração; 2. Princípios da Administração Pública; 3. Poder de Polícia; 4. Administração Pública. Organização. Descentralização. Desconcentração. Órgãos Públicos; 5. Administração Indireta e entidades paralelas; 6. Improbidade administrativa; 7. Ato administrativo; 8. Processo administrativo; 9. Licitação e contrato administrativo; 10. Jurisprudência dos Tribunais Superiores; 11. Intervenção do Estado na propriedade; 12. Servidores Públicos; 13. Forma de uso de bem público por particulares.